

COVID 19 e populismo político em Portugal¹

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.102.11>

Clara Calheiros*

Introdução

Nos últimos anos temos vindo a assistir a uma intensificação do debate público em torno do populismo político e da sua interligação com a comunicação social. Provavelmente, de todos os acontecimentos que poderíamos aqui convocar para ilustrar esta intersecção, o mais significativo terá sido o mandato presidencial de Donald Trump. Durante o seu consulado, a relação com os *media* foi ela própria, em si mesma, notícia permanente, quer pela descredibilização constante do trabalho de jornalistas, acusados de produzir “*fake news*”, quer ainda pelo ambiente de guerra aberta entre meios de comunicação pró-Trump e contra Trump.

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia a todos os níveis, pelo que assiná-lamos sem surpresa a sua relevância nas tensões políticas vividas, também com particular intensidade.

Este artigo não tem por objecto, contudo, tratar da realidade americana, (por mais que se reconheça que é um pano de fundo inevitável para uma discussão sobre *media* e populismo político), mas antes lançar um olhar sobre esta temática na sociedade portuguesa actual. Assim, começaremos por contextualizar o advento do populismo político de extrema direita em Portugal, com referência aos fenómenos que com ele guardam semelhança em países como a Itália, a Grécia, a França e a Espanha. De seguida, iremos concentrar a nossa atenção no discurso do Chega, em Portugal, em especial no decurso das eleições presidenciais de 2020, procurando colocar em evidência o aproveitamento da pandemia na campanha eleitoral e o modo como a comunicação social foi reportando aquela campanha. Por último, à luz dos resultados eleitorais de André Ventura, nas presidenciais de 2020, tentaremos enunciar algumas hipóteses interpretativas sobre as interacções entre comunicação social e o discurso político populista.

* Professora Catedrática da Escola de Direito da Universidade do Minho.

1 Por opção expressa da Autora, este texto segue as regras anteriores ao Acordo Ortográfico.

Agendas políticas populistas de extrema-direita na Europa – o caso da crise migratória

As primeiras décadas do século XXI corresponderam a uma intensificação dos fluxos migratórios, para o que contribuíram distintos factores: a emergência ou intensificação de conflitos armados; a permanência, sem solução à vista, de Estados falhados como a Líbia ou o Afeganistão; as mudanças climáticas, entre outros. A este fenómeno correspondeu uma inevitável omnipresença do tema das migrações nos órgãos de comunicação social e, também, nas agendas políticas. A visão² do corpo do pequenino sírio Alan Kurdi, de três anos de idade, que o mar devolveu às praias paradisíacas da Turquia, no início de Setembro de 2015, tornou-se rapidamente viral, convertendo-se num símbolo dramático da tragédia dos migrantes na sua tentativa desesperada de cruzar o Mediterrâneo e alcançar a Europa. Imagens como esta, que a comunicação social difundiu com a máxima amplitude, tais como tantas outras reportando as terríveis provações a que se sujeitam todos os que tentam a viagem para a Europa, contribuíram para a onda de solidariedade que congregou europeus de várias nacionalidades e comoveu, compreensivelmente, a sociedade europeia.

No entanto, ao mesmo tempo que muitos se ofereciam para realizar missões humanitárias no Mediterrâneo, crescia também no seio da sociedade europeia o medo. Medo de quê? De todo um conjunto de ameaças que pareciam imanar da chegada dos migrantes: o terrorismo, o tráfico e criminalidade, enfim, a desestabilização económica, social e cultural provocada pela presença de “estranhos” em solo europeu. Assim, inevitavelmente, em matéria de relações internacionais, o tema das migrações foi sendo objecto de securitização³, convertendo-se numa questão central da segurança interna e externa dos países, deixando de ser percebida, como fora até aí, durante décadas, como mera questão do foro económico-social.

Desta forma, os europeus (mas também poderíamos fazer um paralelo, com outros traços embora, com os Estados Unidos da América) vão começando a assistir a um debate público, institucionalizado, sobre a migração como ameaça à soberania nacional e à segurança. Os múltiplos ataques terroristas ocorridos no Reino Unido, em

2 *Shocking images of drowned Syrian boy show tragic plight of refugees*, in The Guardian, 2 de Setembro de 2015, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/02/shocking-image-of-drowned-syrian-boy-shows-tragic-plight-of-refugees> [consultado em 28 de Maio 2021]

3 Sobre este processo de securitização do tema das migrações, em particular no que diz respeito à identificação das ameaças à segurança europeia e à definição das políticas de defesa e segurança na União Europeia há já uma vasta bibliografia. Sem pretensão de exaustividade, deixa-se aqui uma indicação de algumas fontes úteis de análise desta evolução para a securitização das migrações em anos recentes, em particular face à realidade do continente Europeu: Anna Horgbya e Mark Rhinarda, *The EU's internal security strategy: A historical perspective* in “Security Journal” 1-13, 2014; J. Peter Burgess, *There is No European Security, Only European Securities* in “Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association” Vol. 44(3): 309-328; Ronald L. Holzhaecker e Paul Luif Ed., *Freedom, Security and Justice in the European Union. Internal and External Dimensions of Increased Cooperation after the Lisbon Treaty*, London: Springer, 2014; Johan Eriksson e Mark Rhinard, *The Internal-External Security Nexus. Notes on an Emerging Research Agenda* in “Cooperation and Conflict. Journal of the Nordic International Studies Association” Vol. 44(3): 243-267; Sergio Carrera e Valsamis Mitsilegas, *Constitutionalising the security union*, Bruxelas: Centre for European Policy Studies (CEPS), 2017.

França, em Espanha, na Bélgica, na Alemanha, têm em comum a sua associação com a presença na Europa de indivíduos naturais, ou com ascendência, dos locais de origem de parte considerável dos fluxos migratórios.

O medo que domina a sociedade europeia e a percepção dos migrantes enquanto ameaça são rapidamente aproveitados pelo discurso de novas formações partidárias que foram emergindo em diversos países da Europa, marcando a realidade política das primeiras décadas do século XXI: *Vox* em Espanha, *Lega Nord* em Itália, a *Aurora Dourada* na Grécia (e agora os *Gregos pela Pátria*) e o *Chega* em Portugal.

Do discurso de vários partidos populistas europeus faz parte uma agenda sobre a imigração que, invariavelmente, se centra na criminalização da imigração ilegal, na denúncia dos custos económicos do acolhimento de migrantes, na defesa do controlo dos fluxos migratórios como parte da estratégia do combate ao terrorismo, numa fronteira fortemente defendida como garantia da soberania nacional. Dito de outro modo, em todos os programas políticos da extrema-direita encontramos um discurso assumidamente anti-migração e nacionalista.

O Chega em Portugal: o discurso político populista

Em Portugal, as primeiras décadas pós-revolução de 25 de Abril de 1974 foram pouco propícias a que prosperasse qualquer projecto político de extrema-direita. O êxito eleitoral, com a eleição inédita de um deputado de extrema-direita à Assembleia da República, André Ventura, da formação partidária “Chega”, nas últimas eleições legislativas, gerou por isso comoção e atraiu as atenções da comunicação social. O estilo de discurso inflamado nas suas intervenções parlamentares, fez do *Chega* e de André Ventura o foco constante do debate mediático, convertendo-os inelutavelmente em protagonistas da arena política.

Vários incidentes contribuíram para que existissem diversas acusações de racismo e xenofobia ao Chega e ao seu líder. Em todos os casos, as várias televisões e os jornais, bem como as próprias redes sociais, ocuparam-se largamente de todos eles, amplificando o alcance das ideias veiculadas pelo *Chega*, ainda que ao mesmo tempo se fizesse a sua crítica.

Mas será esta formação partidária passível de ser qualificada como populista? Parece-nos útil, a este propósito, lançar mão da distinção que TUSHNET⁴ faz entre os distintos critérios utilizados pela comunicação social e pelos meios académicos para identificar uma formação partidária ou um político como populista. Segundo este autor, os jornalistas bastam-se com a existência de um discurso em que alguém se pretende constituir como uma voz do povo, a contestar as “elites”, enquanto a academia tende a focar-se muito mais numa busca de definição dos traços característicos do discurso populista⁵. Este é descrito sobretudo a partir da sua sustentação na ideia

4 Mark Tushnet (2019). *Varieties of populism*, in “German Law Journal”, 20(3), 382-389.

5 Com efeito, é hoje abundante a bibliografia académica que se dedica a tentar estabelecer, de modo analítico, os traços caracterizadores do discurso político populista. Sem pretensão de exaustividade,

da existência do povo puro, em oposição às elites corruptas. Ou seja, trata-se de uma forma de caracterização que não atende à dimensão material do discurso, às ideias concretas que são defendidas, mas antes privilegia o modo como se pretende ganhar a adesão das audiências, através da construção de uma divisão na sociedade entre “nós, o povo” e “eles, a elite (política)”.

Ora, desde este ponto de vista académico, não restam dúvidas da presença destes traços populistas nos discursos adoptados em Portugal pelo Chega. Com efeito, há um apelo à identificação do partido com uma população “pura”, que lhes caberia defender, à qual parece fazer apelo o uso recorrente da expressão “portugueses de bem”. A este povo, com o qual se pretendem identificar contrapõem-se as elites corruptas do país.

Parece-me interessante verificar também a relação necessária existente entre esta forma de discurso populista e o desencanto com a falta de cumprimento das promessas por parte dos partidos políticos tradicionais. Este fenómeno é também bem descrito por TUSHNET, que destaca o facto de as democracias constitucionais ocidentais terem cimentado uma ideia de progresso inabalável na construção de sociedades de bem-estar, que veio a mostrar a sua fragilidade na grande crise económica do início do século XXI, expondo de igual modo o lado negativo do processo de globalização económica. É neste contexto, que os populistas conseguem encontrar uma base sólida para estabelecer o seu discurso anti-elites, que na verdade encontra o seu maior trunfo no facto de ser incontestável que as expectativas das populações foram, nestes países, largamente defraudadas.

Podemos dizer que as elites portuguesas não são as elites da Holanda, nem as da França, nem mesmo idênticas às da Espanha, apesar de ser esta última culturalmente mais próxima. No entanto, parece ser possível encontrar, em todas as sociedades destes países e suas elites, este traço comum, de quebra de confiança popular, que tem também correlato, em todos os países (sejam do Sul ou do Norte), na atitude anti-elites, cultivada pelos respectivos partidos políticos populistas.

Como atrás se disse, o sucesso e empatia do discurso anti-elite, que os partidos populistas vêm produzindo, é, em grande medida, apoiado pelo escândalo público com casos de corrupção que atingem as mais altas individualidades dos Estados e transparecem um ambiente de insuportável promiscuidade entre elites económicas, culturais e políticas.

No caso português, o desenrolar procedimental do caso judicial envolvendo o ex-primeiro-ministro José Sócrates, seguido pela comunicação social e nas redes sociais, independentemente do seu desfecho, suscitou afirmações de desencanto e desilusão com os políticos, sendo difícil (ou impossível) reparar o dano produzido em toda a

pode-se a este respeito elencar algumas fontes úteis: Bojan Bugarić, *The two faces of populism: between authoritarian and democratic populism*, in “German Law Journal”, 2019, 20, pp.390-400; Michele Prospero, *The Issue of Populism* in “Giornale di Storia Costituzionale” 35 (2018): 251-260; Manuel Arias Maldonado, *The Affective Foundations of Populism*, in “Revista Internacional de Pensamiento Político”, 12 (2017): 151-168; Giuseppe Zaccaria, *The People and Populism*, in “Ratio Juris” 31, no. 1 (March 2018):33-48

classe política. Mesmo não entrando em linha de conta com uma eventual condenação penal do ex-primeiro-ministro, apenas as justificações oferecidas publicamente por este para o estilo de vida que manteve durante anos – que se reconduzem à existência de um amigo que pagaria férias de milhares de euros, emprestava valores avultados para custear opções de vida ao alcance de quase ninguém em Portugal – revelaram uma visão do mundo e da vida tão distanciada do cidadão comum que não pode deixar de gerar choque e até indignação generalizada.

Tal como aconteceu em outros países, também em Portugal a frustração com as expectativas de progresso goradas e a revolta com os casos de corrupção formaram um caldo de cultura perfeito para o desenvolvimento do discurso populista anti-elites, que encontramos presente no Chega.

Obviamente, o discurso populista não é um exclusivo da direita, podendo ser igualmente identificados populismos de extrema esquerda. Há, obviamente, especificidades próprias de cada um destes polos radicalizadores do discurso político. No caso da extrema-direita, que aqui mais nos interessa, os autores têm vindo a identificar uma adesão ao chamado iliberalismo⁶. Do ponto de vista económico, o seu foco tem sido sobretudo a crítica ao modo como as democracias liberais distribuem os benefícios e apoios sociais por grupos economicamente desfavorecidos ou marginalizados.

Se aceitarmos esta premissa de análise, podemos mais uma vez encontrar no discurso político do Chega, em Portugal, essas mesmas características. Com efeito, a agenda política deste partido inclui a crítica do modo como o Estado tem atribuídos apoios económicos a grupos étnicos minoritários na sociedade portuguesa, designadamente a população de etnia cigana.

Em suma, parece-nos que há ampla evidência de que o fenómeno político protagonizado pelo Chega, em Portugal, está alinhado com idênticos movimentos em outros países ocidentais e corresponde às características que a bibliografia académica tem vindo a atribuir aos populismos políticos no século XXI.

COVID 19, comunicação social e populismo político em Portugal

Desde os primeiros meses de 2020 que a nossa vida tem sido marcada pela pandemia de Covid 19. Os seus impactos são não só transversais a todo o globo, mas também a todas as dimensões da vida humana. Assim, é também relevante para nós lançarmos um olhar sobre o modo como a pandemia pode ter exercido algum tipo de influência nos fenómenos do populismo político de que vimos falando até aqui.

6 Tushnet, *op. cit.*, p. 387.

Da bibliografia que já se vai produzindo, parece evidenciar-se um aproveitamento para fins políticos populistas dos impactos da pandemia⁷.

Neste momento, é já possível lançar um olhar retrospectivo e perceber as distintas fases que a pandemia atravessou até ao tempo presente. Assim, assistimos a uma primeira fase em que pouco se conhecia sobre a doença e a sua transmissão, que coincidiu com medidas drásticas de encerramento de fronteiras e de confinamento forçado de pessoas, com os diferentes países, mesmo na União Europeia, a adoptarem estratégias divergentes. Ao mesmo tempo, a procura desesperada por aparelhos médicos e distintos equipamentos levou a cenas impensáveis de competição selvagem entre Estados, com laivos de pirataria em alguns casos⁸.

Podemos também identificar uma segunda fase, de implementação do processo de vacinação, com nova disputa sobre as cadeias de produção e fornecimento de vacinas, onde novas acusações foram sendo apresentadas, com ameaças de processos judiciais, mas também de retenção de produtos, no contexto da circulação internacional de bens.

Em todos estes episódios encontramos presente uma exacerbação de nacionalismo – mesmo ilógica e irracional, perante as reiteradas afirmações dos especialistas de que a resposta a uma pandemia tem de ser necessariamente global – e do pânico colectivo que se apoderou das populações. Tudo isto foi, e é, terreno fértil para os discursos populistas.

Em Portugal, a forma como se viveu a pandemia, nas distintas fases acima apontadas, não foi substancialmente distinta da de outros países.

O que torna a análise desta questão mais interessante em Portugal, é que o ano de 2020 foi marcado pelo ciclo eleitoral para a Presidência da República. O debate político foi intenso e, em grande medida, polarizado e radicalizado pelas intervenções de André Ventura, líder do Chega, que se candidatou contra o incumbente Marcelo Rebelo de Sousa.

Entre as várias propostas políticas, com que este candidato da extrema-direita procurou marcar a agenda mediática, cabe destacar a da defesa de regras especiais de confinamento específico da comunidade cigana⁹. Ou seja, uma proposta na linha da

7 Alguns exemplos: Petr Oskolkov, *Holistic Myth and Populist Reality: Populism, Nativism and Biopolitics in Times of Pandemics*, in "Interdisciplinary Journal of Populism" 1, no. 1 (Winter 2020): 7-15; Sitakanta Mishra, *The Post COVID-19 World Order*, in "Liberal Studies" 5, no. 1 (January-June 2020): 45-62.

8 A imprensa de todos os países deu eco das táticas comerciais agressivas adoptadas por vários países para garantirem fornecimentos de máscaras e ventiladores, maioritariamente produzidos na China. Não sendo possível fazer aqui um levantamento exaustivo destas notícias, deixamos aqui uma publicada no Guardian que é bem representativa da repercussão mediática da competição internacional. Vd. "Market for Chinese-made masks is a madhouse, says broker", In *the Guardian*, 5 de Abril 2020, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/apr/05/market-for-chinese-made-masks-is-a-madhouse-says-broker> [consultado em 30 de Maio 2021].

9 Esta proposta, bem como o debate e polémica por ela suscitados, foi amplamente noticiada por todos os meios de comunicação social. Por todos veja-se aqui a seguinte notícia: Chega avança com proposta

acentuação das divisões sociais entre os “puros” e “impuros”, característica dos populismos, como acima tivemos ocasião de referir. Esta iniciativa alimentou o debate e controvérsia pública, tendo garantido a presença contínua do Chega e de André Ventura nos meios de comunicação social e nas redes sociais.

Esta não foi, de resto, a única polémica que marcou o ano de 2020, no campo político, tendo-se-lhe sucedido outras, com o mesmo resultado de aumento de tempo de exposição mediática.

Os resultados das eleições presidenciais mostraram uma capacidade crescente de penetração do discurso populista em Portugal, mesmo em áreas geográficas onde existia, desde a revolução de Abril de 74, uma demografia favorável à esquerda.

É importante notar que falamos de áreas territoriais deprimidas, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista demográfico. São, na verdade, zonas do país que têm sido vítimas de um esquecimento crónico por parte dos sucessivos governos.

Se regressarmos, por momentos, à análise académica acima invocada sobre o que caracteriza o populismo político no século XXI, não podemos deixar de estabelecer uma relação destes resultados eleitorais com os factores apontados para o divórcio das populações com as suas elites.

Por outro lado, não pode deixar de se discutir até que ponto a comunicação social, sempre tão reactiva face ao carácter polémico de muitas das propostas que fazem parte da agenda política deste partido, não acabou por ter também um papel importante neste resultado eleitoral.

Tem sido observado que uma das características específicas do populismo de extrema direita tem consistido em cultivar uma relação ambígua com a comunicação social¹⁰, usando-a para amplificar a sua mensagem disruptiva, mas ao mesmo tempo lançando-lhe acusações, permanentemente, de ser discriminada por ela, uma vez que muitos órgãos de comunicação social teriam preconceitos contra si.

Num interessante estudo comparativo¹¹, conduzido sobre as respostas dos *media* ao populismo político na Alemanha e na Grã-Bretanha, publicado em 2018, há conclusões interessantes que trazem lições que creio válidas para a realidade portuguesa. Com efeito, conclui-se que num ambiente cada vez mais competitivo entre meios de informação, hoje ameaçados pela crescente escassez de um público que procura

para confinamento de ciganos. “É manifestamente inconstitucional”. André Ventura diz que quer chegar a uma solução que não vá contra o quadro constitucional. TSF, 6 de Maio de 2020, disponível em <https://www.tsf.pt/portugal/politica/sem-racismos-chega-vai-avancar-com-proposta-para-confinamento-de-ciganos-12162413.html> [consultado em 30 de Maio 2021]

10 Cf. Joan-Philip Wagner, *Reporting on right-wing populism: evolving journalistic roles and practice in Canada, Germany, and the United Kingdom*, disponível em <https://open.library.ubc.ca/cIRcle/collections/ubctheses/24/items/1.0355244> [consultado em 30 de Maio 2021]

11 Sophie Gaston e Peter Harrison-Evans, *Mediating populism*, Londres: Demos, 2018, disponível em <https://www.demos.co.uk/wp-content/uploads/2018/03/Full-Report-Mediating-Populism-March-2018-Demos-1.pdf> [consultado em 30 de Maio de 2021]

veículos de informação alternativos (as redes sociais), há uma manifesta manipulação do jornalismo pelos políticos populistas, cuja mensagem chocante e polémica “vende jornais”.

A digitalização da informação, como é aí referido, criou uma pressão constante sobre os jornalistas para a produção de conteúdos, ao mesmo tempo que as fontes de informação digitais disponíveis crescem exponencialmente. Isto parece ter por efeito, por um lado, diminuir o tempo de que os jornalistas dispõem para realizar uma verdadeira investigação, e por outro lado, leva a alguma precipitação na construção e divulgação dos conteúdos produzidos¹².

Neste estudo enfatiza-se o facto desta manipulação do jornalismo, que o leva a dar um destaque desproporcional a tudo o que soa a novo, escandaloso, polémico, controverso, ser umas vezes consciente e, outras vezes, não intencional. Esta parece ser, de resto, também uma consequência, do peso crescente sobre os critérios editoriais e jornalísticos da vontade de dar ênfase às reações sociais e aos tópicos com maior potencial para se tornarem virais. O peso desta digitalização é avassalador, segundo dados relativos à Grã-Bretanha, onde cerca de 74% da população vê a informação online e 42 % através, especificamente, das redes sociais.

A relação destas alterações nos meios de comunicação com o populismo político parece evidenciar-se. O que estará, então, em causa é a dimensão ética da decisão de dar cobertura noticiosa a certos políticos populistas, não sopesando devidamente as consequências que daí advêm para o desequilíbrio do eco das mensagens que existem em competição no espaço político público.

Um dos aspectos também a salientar neste dinâmica que se estabelece entre comunicação social e política é o facto de, nos últimos anos, os meios de comunicação social começarem a ser vistos como partidários e não como observadores isentos, objectivos e informativos. Isto vem também a contribuir para o descrédito dos órgãos de informação junto do grande público, abrindo caminho para que as “fake news” prosperem.

Notas finais

Não é objectivo deste artigo oferecer respostas para os problemas complexos que quisemos aqui enunciar, ainda que brevemente.

Esperamos, contudo, que no final destas páginas se tenha podido estabelecer a relação entre os recentes acontecimentos políticos em Portugal, com a ascensão do partido político Chega, e os movimentos políticos populistas que têm vindo a prosperar nestas primeiras décadas do século XXI.

Também acreditamos ter conseguido estabelecer essa ligação através dos critérios académicos de identificação do populismo, procurando aplicá-los ao discurso político português de extrema-direita.

12 Sophie Gaston e Peter Harrison-Evans, *Mediating populism*, op. cit., pp. 73 e ss.

Por último, acreditamos que existe uma conexão que também pode ser estabelecida entre o sucesso político das últimas eleições presidenciais e o modo como a comunicação social fez eco das estratégias e discursos dos políticos populistas.

Tudo isto somado nos leva a concluir pela necessidade de se realizar uma reflexão profunda sobre esta questão, procurando encontrar as soluções possíveis e convenientes (auto ou hetero-regulação?), sob pena de deixarmos deteriorar irreversivelmente a saúde das nossas democracias.